

# A INFLUÊNCIA DO MODELO NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

## THE INFLUENCE OF THE NEOLIBERAL MODEL ON BRAZILIAN EDUCATION

Luzardina Miranda e Silva<sup>1</sup>

Universidade Estadual de Roraima – UERR

Elizete Guedelha de Lima<sup>2</sup>

Universidade Estadual de Roraima – UERR

Maria da Conceição Moraes de Oliveira<sup>3</sup>

Universidade Estadual de Roraima – UERR

---

### Resumo

Este trabalho discutirá a influência do modelo neoliberal na educação brasileira, com base na formação de professores a partir das reformas educacionais implementadas após a década de 1990 no Brasil. Para tanto, realizou-se uma discussão teórica à luz da Pedagogia histórico-crítica, na busca de desvelar as contribuições dessa pedagogia para a reflexão do modelo educacional brasileiro dentro desse contexto. A década de 1990 é marcada por diversas mudanças de ordem econômica e social nos países da América Latina, os quais sofreram os efeitos da crise econômica de 1970. No Brasil, a educação também foi foco de investimentos e reformas que conduziram a reestruturar o capital. Neste caminho, a formação de professores esteve vinculada as necessidades desta reestruturação. Dentro da ótica neoliberal, a formação de professores possui a finalidade de aprender a educar a sociedade para o capital, e esse modelo deve ser vencido. Diante disso, acredita-se que o professor deve intermediar os meios de acesso ao conhecimento mais desenvolvido pela humanidade, de maneira que possibilite o acesso ao conhecimento e o liberte do modelo social implantado pelo capital. Para tanto, é necessário que o professor seja dotado do conhecimento necessário à evolução e libertação dos homens e a sua formação precisa capacitá-lo para isso.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo, Pedagogia Histórico-crítica, educação

### Abstract

This paper will discuss the influence of the neoliberal model on Brazilian education, based on the teacher training after educational reforms were implemented starting with the 1990s in Brazil. Therefore, a theoretical discussion was held in the light of historical-critical pedagogy, in the search of unveiling the contributions of this pedagogy to the reflection on the Brazilian educational model

---

<sup>1</sup> Mestranda do programa de Pós-graduação em educação UERR-IFRR- [luzardina.miranda0@gmail.com](mailto:luzardina.miranda0@gmail.com).

<sup>2</sup> Mestranda do programa de Pós-graduação em educação UERR-IFRR- [limaguedelha@gmail.com](mailto:limaguedelha@gmail.com).

<sup>3</sup> Mestranda do programa de Pós-graduação em educação UERR-IFRR- [md.oli1979@gmail.com](mailto:md.oli1979@gmail.com).

within this context. The 1990s were marked by a series of economic and social changes in the countries of Latin America, which suffered the effects of the economic crisis of 1970. In Brazil, education was also the focus of investments and reforms that would lead to a restructuring of capital. In this way, teacher training was linked to the needs of this restructuring. Within the neoliberal view, teacher training has the purpose of learning how to educate society for the capital, and this model must be overcome. Faced with this, it is believed that the teacher must mediate the means of access to knowledge more developed by humanism, in a way that allows access to knowledge and frees the social model implemented by capital. For this, it is necessary that the teacher be endowed with the knowledge necessary for the evolution and liberation of people and his training must enable him to do so.

**Keywords:** Neoliberalism, Historical-critical pedagogy, education.

## INTRODUÇÃO

A educação, sob qualquer de suas formas, institucionalizada ou não, deve corresponder ao seu objetivo de humanizar os indivíduos da espécie humana. Martins (2010) ressalta que o produto do trabalho educativo é a humanização dos indivíduos. A humanização ocorre a partir da relação do indivíduo com a natureza. Essa relação é o trabalho em seu sentido concreto e o meio pelo qual é produzida a cultura humana.

Na sociedade capitalista, o trabalho é apropriado pelo mercado, perdendo, dentro das relações estabelecidas pelo sistema econômico, seu caráter de produtor do conhecimento necessário à humanização. Conforme Saviani (2013), o trabalho constitui a esfera fundante da vida social dos homens. Nesse contexto, a educação tem sido apropriada pela classe burguesa e alinhada ao sistema capitalista a partir da doutrina neoliberal. Para a burguesia não há necessidade de o trabalhador ser dotado de conhecimento, sendo suficiente a instrução necessária para operar na indústria ou em outro ofício que atenda o sistema financeiro vigente.

É diante das necessidades da burguesia em abastecer o mercado de trabalho com mão de obra especializada que emerge, após a crise de 1970, a fase técnico-científica e informacional, em que a educação escolar passa por reformas, sendo alinhada às necessidades do mercado. A fase técnico-científica e informacional é identificada pela evolução das técnicas e da ciência, sendo expandida pelo processo de globalização.

Dessa forma, surgem na década de 1990 as primeiras iniciativas para reorganizar a educação segundo os ideais neoliberais. O Neoliberalismo é doutrina que defende a expansão do capitalismo e constitui-se a base para formulação das metas organizadas pelo Banco Mundial na década de 1990, reformando a educação segundo as necessidades do mercado capitalista.



As principais iniciativas foram direcionadas para a educação básica sob o argumento de que a educação reduziria os altos índices de pobreza e proporcionaria acesso ao mercado de trabalho e à renda. Além disso, propôs metas a serem seguidas pelos sistemas de ensino, reestruturando órgãos educacionais, como ministérios e secretarias, e criando uma estrutura descentralizada em que um órgão fiscaliza as ações do outro, seguida da participação da sociedade civil nessa fiscalização. A participação da sociedade civil nesse processo funciona como uma espécie de órgão fiscalizador, que na teoria serve para fiscalizar e promover o desenvolvimento educacional, entretanto, na prática, fiscaliza as metas que o Banco Mundial criou para expandir o sistema capitalista e atender às necessidades do mercado de trabalho com mão de obra.

Diante disso, este trabalho se propõe a discutir sobre a influência do modelo neoliberal na educação brasileira, tomando como ponto de partida as reformas educacionais implantadas a partir da década de 1990 no Brasil que refletiram na formação de professores e em todo o sistema educacional brasileiro.

## A IMPLANTAÇÃO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL

A implantação do Neoliberalismo esteve atrelada à grave crise econômica da década de 1970 no sistema capitalista, que atingiu todo o mundo e, em maiores proporções, os países da periferia do capitalismo. A falência do *Estado Keynesiano* atrelado à crise do petróleo e da superprodução motivou a implementação de uma nova fase para o capital. Conforme Lima *et. al* (2014), o retrato da década de 1980 é de pobreza e quedas na economia. Dessa forma, a reforma da reestruturação do sistema capitalista era necessária e, para tanto, houve necessidade de reformar também o Estado.

O Estado necessitava então mudar de um modelo de administração baseado no *keynesianismo*, que prestava assistência social a partir da aplicação do *Estado de Bem Estar Social* e intervinha diretamente na economia, para o Neoliberalismo, que constitui uma forma de administrar o Estado com a mínima intervenção na economia e na vida social. Conforme Fiori (1997), o *Estado de Bem Estar* garantia educação, saúde e habitação para a população como um direito de todos e visando melhorar a qualidade de vida.

Os altos gastos para manter as atividades assistencialistas para com a população atrelada à participação do Estado na sociedade e na economia dificultou a expansão do capital. Neste caminho, a economia caminhava para uma crise em que o capitalismo não



conseguia sustentar-se dentro do modelo keynesiano, conduzindo os modelos industriais Fordista/Taylorista para a estagnação. Esses modelos funcionaram na indústria durante o século XX e garantiu grandes acumulações de capitais, todavia, diante da crise da superprodução, houve a necessidade de substituí-los por outro, sendo implantado o modelo japonês, o *Toyotismo*, que exigia menor quantidade de trabalhadores e prezava pela qualificação da mão-de-obra (MARIANI, 2007).

A partir da década de 1970, diante da crise do Estado que refletiu na economia, houve a necessidade de separação do Estado e da economia, sendo então implantado um novo modelo, o Neoliberalismo (COSTA JR, 2010).

O Neoliberalismo baseia-se na livre iniciativa do mercado. Nesse modelo, o governo intervém minimamente na economia, apenas possibilitando o acesso do capital ao mercado. Defende a intervenção mínima do Estado na economia e a propriedade do livre mercado, ou seja, o Estado passa a funcionar a serviço do Capital (MARIANI, 2007).

A doutrina neoliberal é resultado das iniciativas do filósofo político austríaco Von Hayek, que desenvolveu a teoria sendo auxiliado por notáveis profissionais como Ludwig Von Mises, o economista Milton Friedman e o filósofo Karl Popper. A teoria ganhou respeitabilidade no contexto acadêmico quando Hayek, em 1974, e Friedman, em 1976, são os personagens ganhadores do prêmio Nobel de economia indicados como os percussores da teoria Harvey (2008).

O primeiro país no mundo a implantar o Neoliberalismo foi o Chile durante o governo do General Pinochet. Conforme Mariani (2007), a adaptação chilena ao modelo não foi das melhores, apresentando baixo rendimento em diversas áreas ligadas à sociedade e à economia. Desta forma, com a liberalização da economia e o incentivo ao setor privado pautado na ideia de intervenção mínima do Estado, houve aumento acelerado nas taxas de desemprego, repressão sindical contra os trabalhadores que reivindicavam direitos trabalhistas, aumento da concentração de renda nas mãos da classe econômica mais favorecida, além da privatização de vários bens públicos.

Após a experiência do Chile, vários outros adotaram o sistema, entretanto, o diferencial foi o fato de o Chile ser um país da periferia do capitalismo, enquanto os outros que adotaram o modelo eram do centro do capital e da economia, como a Inglaterra, que adotou o sistema na década de 1979, durante o governo de Margareth Thatcher. O país buscava vencer os efeitos do Keynesianismo, que não foi julgado favorável para as classes econômicas superiores em decorrência dos gastos do governo com a sociedade durante o *Estado de Bem Estar Social*. Nos Estados Unidos da América, a motivação para



a implantação do sistema era a mesma dos ingleses. Ronald Reagan, em 1980, implantou o sistema, objetivando livrar-se da política Keynesiana (MARIANI, 2007). O modelo Neoliberal adotado pelos norte-americanos sofreu alterações em decorrência de ser considerado muito rígido, entretanto, permaneceu com a mesma lógica de intervenção mínima do Estado na economia e apoio da iniciativa privada na condução da economia, conforme o sistema capitalista.

A implantação do modelo Neoliberal no mundo ocorreu a partir das iniciativas dos países do centro do capitalismo, que defendem a acumulação e dependem, para tanto, da expansão do mercado capitalista. Desta forma, após a crise da superprodução e falência dos modelos teylorista/fordista/toyotista, a década de 1990 é um marco na adaptação do mundo ao sistema, sendo direcionadas diversas mudanças de cunho social e econômico, como no mundo do trabalho e da educação.

A Reforma no aparelho do Estado foi uma das iniciativas para adoção do modelo econômico. Assim, no Brasil, houve a Reforma Estatal durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que entendia ser indispensável para estabilização e crescimento sustentado da economia, estendendo-se para o Governo de Fernando Collor de Melo até ser implantada nesta mesma gestão. Nesse contexto, a educação básica passou a ser um serviço exclusivo do Estado. O discurso da reforma buscou convencer a sociedade e chefes de governo estaduais que era a melhor estratégia para vencer a crise, considerada pelo poder executivo fiscal brasileiro como uma crise fiscal ocasionada pela incapacidade gerencial dos governos que concentrava todas as atividades e funções sobre sua alçada (LIMA *et. al*, 2014).

É no contexto de reforma e adequação do aparelho do Estado que surgem também as reformas no campo educacional, influenciando a Educação Básica e a formação de professores pelas novas normas a Educação Superior. As reformas no campo educacional foram idealizadas por organismos multilaterais internacionais, principalmente o BM e implementadas pelo Estado Brasileiro.

## **O NEOLIBERALISMO E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

O Neoliberalismo passou a mediar as políticas educacionais a partir da influência de diversos organismos internacionais que representam os interesses dos donos dos meios de produção. Conforme Mota Júnior e Maués,

[h]á cerca de duas décadas, organismos multilaterais como o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a



Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Mundial de Comércio (OMC) e a Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) têm orientado as políticas educacionais nos países periféricos com o objetivo de responder, dentro dos limites do campo educacional e de sua possibilidade de alcance, à crise estrutural do capitalismo desencadeada nos anos de 1970. (2014, p.1139)

O Banco Mundial é considerado o maior financiador de políticas educacionais no mundo. Financiou na década de 1990 um dos eventos de abrangência internacional com foco na educação, dentro da ótica do modelo Neoliberal, a Conferência Mundial de Educação para Todos, constituindo-se um dos maiores financiadores das políticas educacionais globais. O organismo possui a maior fonte de créditos destinados ao financiamento de projetos na área educacional do mundo, fruto das iniciativas dos países do centro do capital (FONSECA, 2012).

O Banco Mundial, com vistas a atender a cartilha Neoliberal que necessitava, dentre outras coisas, de força de trabalho para o mercado, sendo que essa necessidade exigia, ainda, trabalhadores com outras especialidades técnicas que antes da crise da década de 1970 não eram exigidas para se trabalhar com os modelos industriais adotados no período. Diante disso, um pacote de medidas do Banco Mundial reformulou a estrutura educacional de diversos países em desenvolvimento, como o Brasil, que se adequou às reformas propostas desse organismo multilateral. As medidas para as reformas educacionais na década de 1990 foram prioridades e estratégias para educação publicadas em 1996. Torres (2009) aborda algumas delas:

- a) O BM tem priorizado desde a década de 1990 os investimentos na Educação Básica, sob a justificativa de que há maiores benefícios sociais e econômicos para esses países em desenvolvimento;
- b) Outro ponto da reforma recorre à qualidade do ensino. É considerada uma meta complexa, todavia, necessária para o desempenho escolar. Sem muitos questionamentos, o importante nesse quesito da reforma é que o aluno alcance a meta escolar proposta, ainda que os conhecimentos não sejam válidos, mas que proporcione ao aluno educando o acesso à renda e às propostas do mercado;
- c) A estruturação administrativa e financeira da educação é outro trecho integrante da reforma, com a estruturação e reestruturação de órgãos educacionais como ministérios, secretarias, escolas e organização da aquisição de dados acerca do público educacional como número de matrícula nas escolas, gastos, pessoal docente e administrativo para trabalhar e apontamento de metas;



- d) Após a estruturação e reestruturação dos órgãos educacionais, a ideia de descentralizar as instituições escolares é outra demanda das propostas de Reforma do BM, conferindo autonomia política, financeira e administrativa às escolas e secretarias inferiores. Todavia, seguem suas atividades sob fiscalização e controle dos superiores;
- e) A iniciativa de convocar os pais e demais membros da comunidade escolar constitui outro ponto da reforma. Para a reforma, esses sujeitos podem contribuir com a definição e inserção dos anseios da comunidade escolar na educação. Todavia, na prática essa é mais uma forma de ter a sociedade a serviço do capital, pois fiscalizam as propostas que já existem criadas por ele no ambiente escolar e não propõe novas regras. A sociedade e a escola transformam-se em um órgão de controle dos interesses capitalistas;
- f) A reorganização das aplicações econômicas em educação também é parte da reforma. Segundo a qual os recursos na educação básica de primeiro grau devem ser mais bem planejados e aplicados. Para o BM há grande aplicação em salários de docentes e em educação superior, enquanto o básico possui baixos investimentos. Verifica-se nessa proposta, a intenção de formar o ensino básico rapidamente para que possam ingressar no mercado, enquanto o pessoal docente vem sendo desvalorizado em termos de remuneração por seu trabalho;
- g) Outros dois trechos da reforma seguem um enfoque setorial em desviar o foco para o Ensino Básico, principalmente o Ensino Fundamental. A proposta pretende estratégias para reduzir gastos e melhorar a qualidade. Ademais, na proposta, as políticas educacionais serão definidas por prioridade econômica. Se uma instituição possui retorno rápido de formação e inserção dos indivíduos no mercado. Para tanto, o BM propõe a análise custo-benefício.

Segundo Mota Junior e Maués (2014), o Brasil começou a participar ativamente das reformas idealizadas pelo banco durante os oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, concebidas e executadas pelo governo do ano de 1995 a 2002. Ademais, a descentralização das instituições escolares previstas nas metas do banco constituiu um mecanismo para que as instituições passassem a ser fiscalizadas por outros órgãos no que tange ao rendimento dos alunos, haja vista possuírem autonomia administrativa e financeira para trabalhar em seu desempenho educacional e conseguindo, dessa forma, com a fiscalização, o cumprimento das metas estabelecidas. A descentralização educacional desencadeou na centralização da avaliação dos sistemas



de ensino, existindo desde então padrões a serem seguidos pelas escolas. Assim, surgem: o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), de 1990, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), de 1998, e o Exame Nacional de Cursos (ENC) criado em 1995.

Os mecanismos de controle e fiscalização criados para trabalhar o setor educacional possuíam finalidades de melhorar os índices educacionais, entretanto, sob a ótica do capital, de atingir as metas estabelecidas pelo mercado capitalista em ter, como conclusão do ensino, trabalhadores capacitados para atuarem no mercado de trabalho. A formação para o trabalho no sistema capitalista consiste em formar o homem para que o mercado possa explorar sua força de trabalho e pagar o mínimo necessário por isso, garantindo o lucro para o dono do capital e alienar o produto do trabalho de quem o produziu. Nesse contexto, a educação perde seu caráter humanizador. Frigotto ressalta que “o processo pedagógico fica cada vez mais entregue aos especialistas que ‘pensam’, programam e supervisionam a decodificação da programação estabelecida” (2001, p.169).

Frigotto (2003) salienta que o Estado reproduzirá a força de trabalho necessária ao mercado com um nível elevado de formação, entendendo-se como nível elevado a formação de trabalhadores polivalentes, com capacidade de abstração para tomar decisões complexas e rápidas frente a situações de trabalho, o que leva tempo e elevado investimento, mas sem contribuir para o fundo público. Desta forma, o direcionamento do Estado dentro da doutrina neoliberal está para o mercado e para o capital com vistas à acumulação do lucro e não para contribuir com as necessidades sociais.

A implantação do Censo Educacional, que abrange todos os níveis e modalidades de ensino, realizado anualmente pelo Ministério da Educação (MEC), juntamente às secretarias de educação dos demais entes federativos também constitui outra iniciativa de avaliação da Educação Básica. O objetivo do censo é formar uma base de informações estatísticas acerca dos resultados da educação. Os dados serviram para subsidiar os órgãos governamentais responsáveis pelo planejamento educacional brasileiro (ALTMANN, 2002).

Os investimentos na Educação Básica possuem finalidades determinadas pelo mercado de trabalho capitalista. Para Mota Junior e Maués:

A ênfase na educação básica (ensino fundamental) tornou-se mais evidente a partir da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), com a lei



Nº 9424/96. O FUNDEF, como ficou conhecido, se constitui em um fundo contábil, formado por vários impostos, tendo como objetivos a remuneração condigna dos professores do ensino fundamental público, em efetivo exercício no magistério, o estímulo ao trabalho em sala de aula e a melhoria da qualidade do ensino. Essa legislação foi renovada por meio da Lei 11.494 de 20 de junho de 2007, que criou o FUNDEB, abrangendo toda a educação básica. (2014, p.1140)

Os vários investimentos na Educação Básica foram direcionados a melhorar a qualidade do trabalhador que serviria ao mercado capitalista. A educação possui grande finalidade aos capitalistas por formar uma geração de trabalhadores que pudessem se adequar, em termos de conhecimentos e técnicas, às novas exigências produtivas e organizacionais exigidas pelo capital no contexto de reestruturação dos modelos de processos produtivos, fordismo/taylorismo, para o advento do toyotismo (MOTA JÚNIOR E MAUÉS, 2014).

Na ótica do capital, a educação possui um caráter mercantil e, frente à nova realidade do capital verificada a partir da década de 1990, as teorias até então utilizadas não serviam de base para a formação do trabalhador que o mercado necessitava. De acordo com Tonet (2012), a educação anterior era inadequada frente ao novo padrão de produção e às novas relações sociais. As teorias, os métodos, as formas, os conteúdos, as técnicas, as políticas educacionais anteriores já eram incoerentes com a realidade do sistema econômico.

Diante das reformas, diversas teorias surgiram com intenção de mediar a busca de soluções para conter o avanço do capitalismo sobre a educação. Todavia, é verificado que muitas das teorias possuem um alinhamento à doutrina neoliberal, que defende o capital. Buscam remediar os problemas que o sistema provoca, mas não possuem uma fundamentação capaz de desalinhar a escola e a educação do mercado. Tonet (2012) aborda acerca das respostas que teóricos da educação têm buscado para solucionar as consequências danosas das crises do capital, definindo duas concepções teóricas: uma chamada de *Conservadora* e outra chamada de *Progressista*.

A *Conservadora* defende a construção de novas leis, novas políticas educacionais, novos métodos, técnicas e conteúdos que conduzam o educando a adequar-se às novas exigências e transformações do mundo, enfatizando, inclusive, parcerias entre escola, comunidade e empresas, aplicando termos como formação flexível, polivalente e competências. Essa primeira corrente teórica definida pelo autor acredita que a crise do mundo atual é passageira e haverá após ela um novo patamar de desenvolvimento



benéfico para toda sociedade, necessitando, portanto, adequar a educação para vencer o momento.

A *Progressista* entende que o momento atual de crise na educação é resultante das políticas neoliberais. Dessa forma, acreditam que a construção e aplicação de outras políticas podem conduzir a humanidade para construção de uma sociedade mais justa e solidária. Todavia mostra-se inviável ao propor que um “outro mundo é possível”, uma “outra educação é possível” se não é capaz de controlar a lógica do capital.

Tonet (2012) ainda ressalta que ambas as teorias criadas como respostas para solucionar os entraves advindos do capital estão condenadas ao insucesso, pois não procedem de um projeto de superação do capital, mas sim, de adequação da educação e da sociedade a ele e ao seu momento de crise.

Saviani (2005) também aborda as teorias definidas por ele como crítico-reprodutivistas ou não-críticas. Estas entendem que a educação possui autonomia para agir sobre a sociedade corrigindo as injustiças, a marginalidade e promovendo a equalização social. Desconhecem as determinações sociais do processo educativo, para elas os problemas não estão nas bases da sociedade e a solução encontra-se no fenômeno educacional. Dessa forma, não consideram a totalidade dos fenômenos sociais e o capital como propulsor da realidade dos homens.

Segundo o autor (2005), no âmbito das teorias não críticas, as de maior repercussão foram: a teoria do sistema de ensino enquanto violência simbólica; a teoria da escola enquanto Aparelho Ideológico de Estado (AIE) e a teoria da escola dualista. Essas teorias são uma proposta pedagógica elaborada e possuem foco em explicar os mecanismos de funcionamento da escola tal como é constituída, entendendo que a mesma não poderia ser diferente do que se apresenta. A escola é vista como uma necessidade lógica, social e histórica na sociedade capitalista, não discutindo os determinantes materiais atrelados à escola e à educação.

Desta forma, verificamos que as teorias pedagógicas que surgem, aparecem influenciadas pela lógica do sistema financeiro vigente, que, por conseguinte, acaba por financiar essas teorias e incluí-las no interior da escola para consecução de seus interesses.

## AS CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

As Reformas educacionais implementadas a partir da década de 1990 foram efetivadas sob o argumento de que a educação iria viabilizar condições econômicas mais



favoráveis aos países que viviam em crise e pobreza. Para Lima *et. al* (2014), esses argumentos foram utilizados para convencer a sociedade e governos, pois o maior interesse era adequar a sociedade ao mundo do trabalho com uma educação compensatória, mínima, constando somente o necessário e suficiente para manutenção dos meios de produção.

Uma educação que proporcione aos indivíduos uma visão problematizadora do mundo e da realidade que o permeia, que o conduza a uma consciência filosófica não é o objetivo de um sistema econômico que cria massas de excluídos economicamente, que fomenta as disparidades sociais, a concentração de renda e a divisão de classes, o preconceito e discriminação.

Para Marx (2013), a educação não livrará a sorte do proletário, nem sua condição material de despossuído e em síntese pobre, pois por mais que estude não deixará de ser proletário. Todavia, quanto mais instruída estiver a massa, mais depressa conseguirá visualizar sua condição de explorada e menos disposta se achará para sofrer em silêncio. A instrução servirá para causar a libertação da classe proletária contra o sistema da opressão e então destruí-lo.

Uma reforma no mundo do trabalho deveria partir da reforma da educação e da adaptação da escola a esta reforma. Marrach (1996) ressalta que na sociedade capitalista, a escola constitui o principal caminho para a transmissão e concretização dos princípios da doutrina neoliberal. Nessa perspectiva, para o capital concretizar seus objetivos, a escola deve seguir as regras do mercado capitalista ainda que para isso os conteúdos escolares sejam esvaziados do conhecimento.

Saviani (2013) reconhece que qualquer mudança na sociedade partirá da escola que é marcada por contradições que podem ser exploradas para superação da sociedade burguesa de onde emanam as reformas para adaptação da escola ao sistema Neoliberal. É nessa ótica que Demerval Saviani idealizou a Pedagogia Histórico-Crítica como resposta às incoerências de diversas correntes pedagógicas que criticam o sistema financeiro vigente, entretanto, não buscam uma transformação que desalinhe a escola desse sistema.

A Pedagogia Histórico-crítica é uma teoria de base marxista e fundamenta-se no método Materialismo Histórico e Dialético. Tem sua gênese no final da década de 1970 por esforços do professor Demerval Saviani. O primeiro trabalho que sistematizou a teoria foi o artigo intitulado “Escola e Democracia: para além da teoria da curvatura da vara”, realizado pelo autor durante a primeira turma de doutorado da PUC-SP. Esse texto



integra a obra *Escola e democracia*, lançada em 1983, na qual o autor aborda as principais tendências pedagógicas; contextualiza as contribuições e limitações dos diferentes grupos de teorias; e propõe uma pedagogia, mais tarde, em 1984, denominada de Pedagogia Histórico-crítica. A partir disso, tem início um movimento social e cultural de âmbito nacional e internacional, objetivando uma análise crítica da pedagogia dominante naquele momento em que possuía um caráter reprodutivista (MARSIGLIA, 2011).

A Pedagogia Histórico-crítica vai de encontro às teorias não-críticas e às críticas reprodutivistas à medida que estas favorecem a manutenção e a reprodução pela escola do sistema social vigente decorrente dos interesses capitalistas. Assim, divergindo de uma parte do pensamento pedagógico de esquerda, “a Pedagogia histórico-crítica entende que a escola possui em sua essência uma lógica anticapitalista, no sentido de que a concretização da natureza escolar aponta em direção à universalização do domínio do conhecimento” (DUARTE, 2016, p. 89).

As teorias pedagógicas fundamentadas no neoliberalismo possuem a característica de reproduzirem os interesses do sistema, esvaziando os currículos escolares e desvirtuando a função da escola e da educação de humanizar os indivíduos da espécie humana. A escola não é vista na sociedade capitalista como uma necessidade social e histórica e não discute os determinantes materiais atrelados a sua existência e a educação.

A Pedagogia Histórico-crítica entende que a função da escola é congregar o conhecimento mais desenvolvido produzido pelos homens para que seja socializado para o progresso de todos. Malanchen e dos Anjos (2013, p.122) descrevem a finalidade da escola na perspectiva de difusão do ensino para a formação dos homens “a finalidade [...] da escola é assegurar conteúdos científicos, artísticos e filosóficos aos seus alunos”. O conhecimento mais desenvolvido pela humanidade consiste naquele que permite a objetivação do ser humano de forma cada vez mais universal e livre.

Para Saviani (2013) não é possível na sociedade atual viver sem a escola. Esta é a forma dominante e principal da educação. A superação da escola de origem burguesa só ocorrerá pela compreensão do desenvolvimento histórico da sociedade. Assim será possível articular a escola com a superação da sociedade capitalista vigente na direção de uma sociedade sem classes, em que a escola, de fato, seja o *locus* da compreensão da realidade humana como algo construído pelos homens a partir do processo de trabalho.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho se discutiu acerca da influência neoliberal na educação brasileira, sob a perspectiva da Pedagogia Histórico-crítica, e, dentro desse contexto, demonstrou-se as contribuições dessa abordagem teórica na educação frente às reformas implementadas.

O Neoliberalismo defende a expansão do capitalismo na sociedade e baseia-se na livre iniciativa do mercado. Nesse modelo o governo intervém minimamente na economia, apenas possibilitando o acesso do capital ao mercado. A partir do contexto neoliberal, vimos que na década de 1990 surgem as primeiras iniciativas na tentativa de reorganizar a educação segundo as necessidades do mercado capitalista. Sob a ótica neoliberal, a formação dos indivíduos possui a finalidade de aprender a educar a sociedade para o capital. Diante disso, o professor deve intermediar e possibilitar o acesso ao conhecimento mais desenvolvido pela humanidade, de maneira que a sociedade tenha acesso a esse conhecimento e o mesmo seja libertado do modelo social implantado pelo sistema capitalista.

Na sociedade capitalista, os homens já não detêm poder sobre o conhecimento produzido pela humanidade, passando o conhecimento de geração a outra como ocorria nas sociedades primitivas. Ao contrário, após a existência da divisão de classes, verificou-se que a construção da escola nos moldes burgueses viabilizou a hegemonia das classes econômicas superiores sobre as inferiores, pois a escola, ao invés de viabilizar a humanização, forma os indivíduos com direcionamento a servir o mercado capitalista com sua força de trabalho.

Neste caminho, o trabalho possui grande valor para a classe detentora dos meios de produção, tanto que se verifica a necessidade do sistema manter controle sobre ele. Neste contexto, a partir da década de 1990, a relação de controle do mundo do trabalho esteve entre as principais metas dos países do centro do capitalismo, que buscavam recuperar o sistema da grave crise da superprodução que assolou o mundo. Desta forma, das várias reformas no contexto social e no aparelho estatal, a reforma educacional foi vislumbrada como uma das mais importantes pela necessidade de adequar força de trabalho às novas ordens do mercado, que agora surgia em nova fase, movida pela globalização e pelos avanços tecnológicos.

Sobre determinações das relações capitalistas, os homens têm sua consciência alienada pelo mercado e pela classe burguesa, que busca explorar a força de trabalho



com vistas ao acúmulo do lucro. Desta forma, o trabalho, que antes possuía o caráter humanizador, ou seja, de transformar os indivíduos em seres humanos agora os transforma em objetos a serviço do capital. O processo de exploração da força de trabalho pelo capital ocorre pela apropriação da cultura e dos meios de produção. Ademais, os conhecimentos essenciais para construção de homens críticos são organizados seguindo a lógica do trabalho e lucro na sociedade capitalista.

Para trabalhar o ensino distanciando-o da mediação do capital, o profissional educador exercerá seu ofício dentro de uma contradição, em que o sistema impõe uma forma de organização social e econômica, e a escola trabalha contra esse sistema, entretanto, é organizada por ele. Apesar da resistência de educadores, a estrutura do ensino tem suas bases firmadas nos interesses da classe hegemônica capitalista. Não obstante, a formação docente também é organizada segundo essas perspectivas.

Na sociedade capitalista, o trabalho, apropriado pelo mercado, perde, dentro das relações estabelecidas pelo sistema econômico, seu caráter de produtor do conhecimento necessário à humanização. Diante disso, a educação, apropriada pela classe burguesa e alinhada ao capitalismo, defende que não há a necessidade de o trabalhador ser dotado de conhecimento, sendo suficiente apenas, a instrução necessária para operar na indústria ou em outro ofício que atenda o sistema financeiro vigente. Dessa forma, vislumbra-se a necessidade de construção de uma educação que ultrapasse as demandas do capital e encaminhe os indivíduos para o processo de humanização.

## REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. **Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p. 77-89, jan./jun. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022002000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022002000100005)> acesso em 21/09/2017.

COSTA JR, W. R. **Política educacional no contexto do neoliberalismo**. Revista da Faculdade de Educação Ano VIII nº 13 (Jan./Jun. 2010). Disponível em <[http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol\\_13/artigo\\_13/31\\_49.pdf](http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol_13/artigo_13/31_49.pdf)> acesso em 12/09/2017.

DUARTE, N. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos**: contribuições da teoria histórico crítica do currículo. Autores associados, 1ª edição, 2016.



FIORI, J. L. **Estado de Bem-Estar Social: Padrões e crises.** PHISYS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 7 (2): 129-147, 1997. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v7n2/08.pdf>> acesso em 18/02/2018.

FONSECA, M. **A gestão da educação básica na ótica da cooperação internacional: um salto para o futuro ou para o passado?.** In.: As dimensões do projeto político pedagógico: Novos desafios para a escola. (Orgs.). Ilma Passos Alencar veiga, Marília Fonseca. 9ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real.** 5 ed. São Paulo, Cortez, 2003.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica-social capitalista.** 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações.** Edições Loyola, São Paulo, 2008.

LIMA, A. B; PALAFOX, G. H. M; MARA, R. A. M; MARIA, V. S; SARITA, M. S. Reforma e qualidade da educação no Brasil. Formação para o trabalho: história e método. In. **Mundialização do trabalho, transição histórica e reformismo Educacional** (Orgs.). LOMBRADI, J. C; LUCENA, C; PREVITALI, F. S. Campinas, SP: Librum editora, 2014

MALANCHEN, J. DOS ANJOS, J. E. **O papel do currículo escolar no desenvolvimento humano: contribuições da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico-cultural.** Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 5, n. 2, p. 118-129, dez. 2013. Disponível em <[file:///C:/Users/HOME/Downloads/9704-26981-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/HOME/Downloads/9704-26981-1-PB%20(1).pdf)> acesso em 20/09/2017

MARIANI, E. J. **A trajetória de implantação do Neoliberalismo.** Revista Uruatáguá, Nº 13 –agost /setem /outu /novem de 2017-quadrimestral-Mariingá-Paraná-Brasil-ISSN 1519. 6178. Disponível em <<http://www.urutagua.uem.br/013/13mariani.htm>> acesso em 12/09/2017.

MARRACH, S. A. **Neoliberalismo e Educação.** In: GUIRALDELLI, J. P. (Org.). Infância, Educação e Neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 1996.

MARSIGLIA, A. C. **G.A prática pedagógica histórico-crítica na educação infantil e ensino fundamental.** Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

MARTINS, L. M. **As aparências enganam: divergências entre o Materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa.** Trabalho apresentado na 29ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu-MG, outubro de 2006. Disponível em: <[https://social.stoa.usp.br/articles/0016/4005/As\\_aparA\\_ncias\\_enganam\\_-\\_divergencias\\_entre\\_o\\_mhd\\_e\\_as\\_abordagens\\_qualitativas.pdf](https://social.stoa.usp.br/articles/0016/4005/As_aparA_ncias_enganam_-_divergencias_entre_o_mhd_e_as_abordagens_qualitativas.pdf)> acesso em 21/09/2017.

MARX, K. **O Capital.** Bauru, SP: EDIPRO, 3 ed., 2 reimp. 2013.

MOTA JUNIOR, W. P. D; MAUÉS, O. C. **O Banco Mundial e as políticas educacionais brasileiras.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 1137-1152, out./dez. 2014. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade)> acesso em 21/09/2017.

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** Campinas, SP:Autores associados, 2005.



SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2013.

TONET, I. **Educação contra o capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.– 2. ed. rev. Disponível em <[http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/educacao\\_contra\\_o\\_capital\\_-\\_3a\\_ed.pdf](http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/educacao_contra_o_capital_-_3a_ed.pdf)> acesso em 12/09/2017.

TORRES, R. M. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. *In: O banco Mundial e as políticas educacionais*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

